

Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila real de Santo António

Plano de atividades e orçamento para 2022



Janeiro 2022



1. NOTA INTRODUTÓRIA

Na prossecução da política ambiental as áreas protegidas constituem a infraestrutura indispensável para a concretização dos propósitos da conservação da natureza, tendo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, a missão de assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais neste domínio.

O carácter humanizado de todo o território nacional é também uma marca das Áreas Protegidas (AP), aqui com a particularidade de se terem construído equilíbrios harmoniosos entre as atividades humanas e a natureza, equilíbrios esses que sustentam os ecossistemas e, para isso, requerem a presença de pessoas e das suas atividades. Ao mesmo tempo, assiste-se a um aumento da sua procura para atividades de lazer, a qual é cada vez mais exigente e respeitadora dos valores distintivos e genuínos que as áreas protegidas são capazes de oferecer. Reconhece-se hoje que as áreas protegidas são alvo de uma procura crescente por diferentes grupos de interesse, designadamente pelas pessoas que pretendem uma experiência autêntica de contacto com a natureza.

Valorizar a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), como uma rede coerente e consistente, não pode ignorar que a gestão particular de cada área protegida encerra especificidades próprias decorrentes dos seus valores naturais, nas dimensões política, territorial, cultural, social e económica da sua sustentabilidade, para as quais as entidades que estão no território detêm, reconhecidamente, uma capacidade de mobilização e interação que a proximidade e conhecimento do território lhes confere. Os municípios assumem assim um papel de destaque enquanto entidades com especial relevância na gestão do território.

O Dec. Lei 116/2019, de 21 de agosto, concretiza, nos termos da alínea c) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, um modelo de cogestão nas áreas protegidas de âmbito nacional, com expressa intervenção dos municípios, tendo por objetivos:

- a) Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;
- b) Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I. P., os municípios e demais entidades públicas competentes;
- c) Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.

O modelo de cogestão pressupõe a criação de uma Comissão de Cogestão (CCOG) a qual envolve a participação dos municípios e das entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da respetiva área protegida. A CCOG da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (RNSCMVRS), nomeada através do Despacho n.º12098/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 13 de dezembro, é composta pelo Presidente da Câmara de Castro Marim, que preside, um representante do ICNF, um representante da Universidade do Algarve, um representante das organizações não-governamentais de ambiente, tendo a

Confederação Portuguesa das Associações de Ambiente indicado a Associação de Defesa do Património de Mértola, um representante da associação Odiana, um representante da cooperativa Terras de Sal e um representante da Associação Naval do Guadiana.

Com o enquadramento dado pelo n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º116/ 2019, de 21 de agosto, deliberou o Conselho Intermunicipal, que os respetivos municípios solicitassem a adoção do modelo de cogestão, e delegassem na AMAL as funções de cogestão que lhes são cometidas por esta legislação.

A 7 de maio de 2021 foi assinado um protocolo de cooperação técnica e financeira, por um período de 3 anos, entre o Fundo Ambiental, a CI-AMAL e o ICNF, I. P., através do qual é garantido o apoio técnico e operacional, dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do modelo de cogestão da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

2. MODELO ORGANIZACIONAL

A Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, é um órgão próprio do modelo de cogestão, que funciona junto da área protegida, com funções de natureza operativa. A duração do mandato da comissão de cogestão é quatro anos, tendo a nomeação ocorrido a 13 de dezembro por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da conservação da natureza e do ensino superior (Despacho n.º12098/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série).

2.1. Competências

Compete à Comissão:

- a) Garantir que a cogestão da RNSCMVRSVA é desenvolvida no respeito pelo dever de zelo da salvaguarda dos recursos e valores territoriais que fundamentam a classificação da área protegida;
- b) Contribuir para o desenvolvimento das atividades locais em harmonia com os valores presentes, incorporando inovação e criatividade;
- c) Viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de cogestão na área protegida;
- d) Dinamizar ações, em articulação com os diferentes agentes regionais e das Administrações central e local, para o desenvolvimento integrado da área protegida, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos;
- e) Estimular parcerias com promotores, empresas, centros de investigação, instituições de formação e municípios destinadas a planear e a executar ações de valorização sustentável do território, em particular ações associadas à agro-silvo-pastorícia, à caça, à pesca, à cultura e ao turismo de natureza;
- f) Promover o debate sobre as atividades e ações que ocorrem na área protegida e estimular as boas práticas de gestão para o seu uso e aproveitamento sustentáveis;

- g) Prestar a informação necessária para assegurar a coerência e a complementaridade entre os diversos organismos e entidades, com vista ao desenvolvimento sustentável e integrado da área protegida;
- h) Comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar;
- i) Elaborar e aprovar os instrumentos de gestão, após parecer do conselho estratégico;
- j) Executar os instrumentos de gestão;
- k) Consultar o conselho estratégico sobre assuntos de interesse para a valorização da área protegida;
- l) Identificar os instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida e apoiar os potenciais beneficiários para acesso a essas mesmas linhas;
- m) Acompanhar a elaboração, alteração ou revisão do programa especial da área protegida;
- n) Elaborar e aprovar o regulamento interno necessário ao seu bom desempenho;
- o) Divulgar e garantir o conhecimento a todo o tempo pelo público em geral, da informação relevante produzida no âmbito da cogestão, incluindo informação relativa aos instrumentos de participação pública.

2.2. Composição atual

Nos termos do disposto no Despacho n.º 12612/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 250, de 28 de dezembro de 2020, a Comissão é constituída e integra os representantes nomeados pelas entidades representadas.

Tabela I - Membros efetivos e suplentes que integram a CCOG.

Representantes na Comissão de Cogestão	
Câmara Municipal Castro Marim	Francisco Amaral (preside)
Câmara Municipal VRSA	Álvaro Araújo (substitui)
ICNF	Castelão Rodrigues (efetivo)
	Luís Ferreira (suplente)
Universidade do Algarve	Alexandra Teodósio (efetivo)
	Erwan Garel (suplente)
ADPM	Fernanda Silva (efetivo)
	Ana Sanches (suplente)
Odiana	Catarina Cavaco (efetivo)
Cooperativa Terras de Sal	Luís Correia (efetivo)
	Miguel Silveira
Associação Naval do Guadiana	Luís Madeira (efetivo)

Conforme definido pelo art 10.º do Decreto- Lei n.º116/ 2019, de 21 de agosto, a CCOG é coadjuvada por uma estrutura de apoio constituída por técnicos indicados para o efeito pelas entidades nela representadas, e coordenada pelo responsável que o ICNF, I.P. designe para o efeito, o qual desempenha esta função a tempo integral.

Tabela II - Membros da estrutura de apoio.

Representantes na Comissão de Cogestão	
Câmara Municipal/AMAL	Nuno Grade
	Paula Rosa
ICNF	Rosa Madeira
Universidade do Algarve	Luís Chícharo
ADPM	Jorge José Horta Revez
Odiana	
Cooperativa Terras de Sal	Miguel Silveira
Associação Naval do Guadiana	

3. ENQUADRAMENTO GERAL

A RNSCMVRSa localiza-se no Sotavento Algarvio (37º12'N, 07º26'W), perto da foz do Rio Guadiana, e ocupa uma área de 2.153 ha dos concelhos de Castro Marim e de Vila Real de Santo António (Figura 1). É limitada a Este pelo Rio Guadiana, a Sul pela linha de caminho de ferro, pela Estrada Nacional 125 e por Vila Real de Santo António, a Oeste pelas Estradas Nacionais 125-6 e 122 e a Norte pela estrada secundária de acesso à sede da Reserva e ao Posto da Guarda Fiscal da Rocha

3.1. Descrição sumária

A RNSCMVRSa foi a primeira reserva natural a ser criada em Portugal, através do Decreto n.º 162/75 de 27 de Março, com os objetivos de assegurar a conservação dos sistemas naturais e das espécies de flora e de fauna, promover e divulgar os valores naturais, socioeconómicos e paisagísticos, e promover o desenvolvimento sustentável da área.

A maior parte da área pertencente à RNSCMVRSA é considerada zona húmida (cerca de 66%), na qual predominam os sapais, as salinas e, na baixa-mar, as áreas de sedimentos expostos correspondentes à margem direita da foz do Rio Guadiana e a alguns esteiros. Toda esta área é dominada por vegetação halófito e está sujeita, com maior ou menor frequência, à influência das marés. A zona húmida engloba também charcos e lagoas de água doce ou salobra, naturais e artificiais, na sua maioria de carácter temporário.

A restante área da Reserva Natural é ocupada essencialmente por terrenos agrícolas com plantações diversas. Uma pequena fração é ainda ocupada por zonas urbanas (nomeadamente a vila de Castro Marim), pinhais, montados e matos.

A promoção da utilização sustentável das zonas húmidas é fundamental num sistema de sapal e salinas bastante intervencionado e dependente das atividades humanas, tendo em conta a sua elevada vulnerabilidade e a importância que a salicultura e agricultura tradicionais têm para a população local. Para além destas atividades tradicionais, é ainda de referir a importância turística da região, em particular para as novas áreas do turismo de natureza.

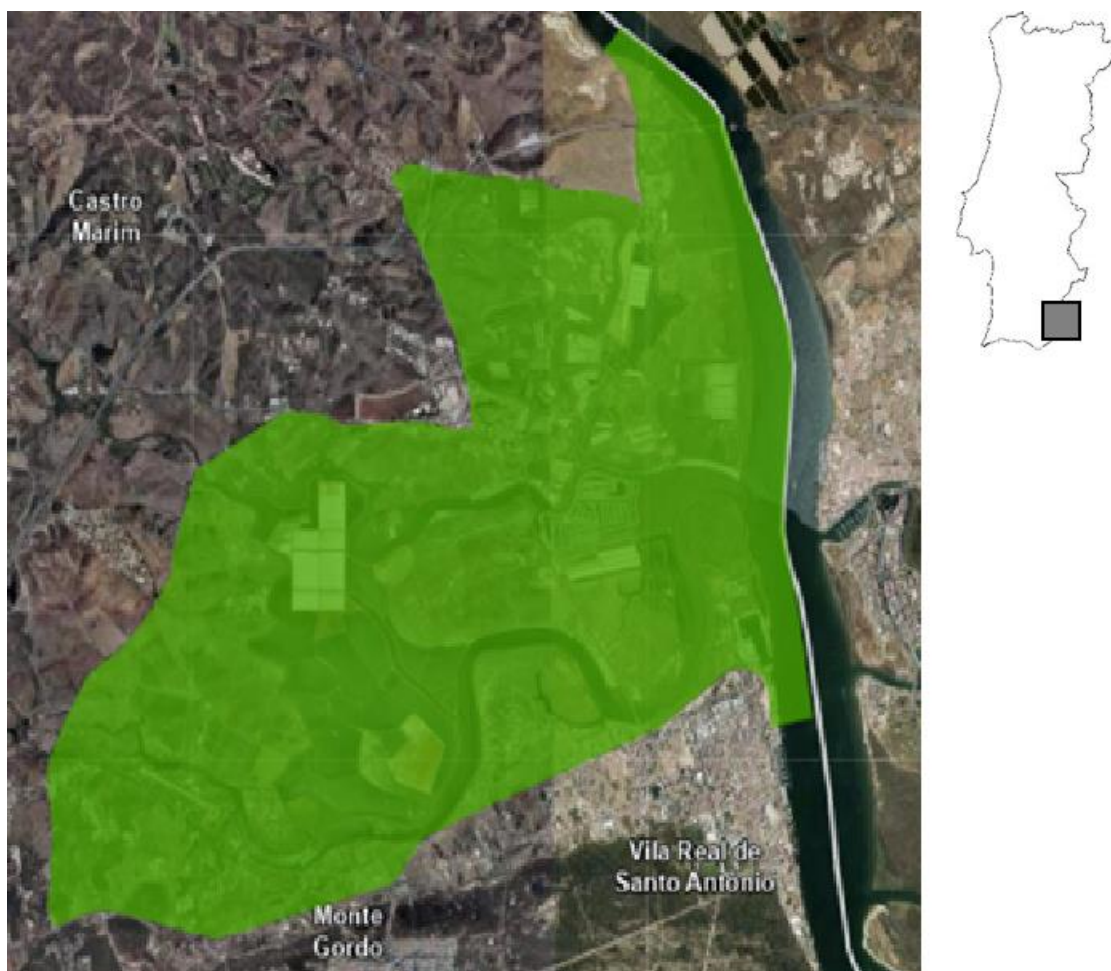


Figura 1 - localização da RNSCMVRSA

Para além do estatuto de Reserva Natural, foram atribuídos a esta área diversos estatutos de conservação internacionais, em virtude da importância dos seus valores naturais. A nível da União Europeia a área foi designada Zona de Proteção Especial, ao abrigo da Directiva Aves (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro) e Zona Especial de Conservação, ao abrigo da Directiva Habitats (Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março). No âmbito dos compromissos assumidos pelo Estado Português perante a Convenção sobre Zonas Húmidas (Ramsar 1971) foi designada como Zona Húmida de Importância Internacional em 1996. Para além destes estatutos de proteção legais, esta área foi também designada na lista de Áreas Importantes para as Aves e na Rede de Biótopos CORINE.

4. Plano de atividades e orçamento

Dados os objetivos definidos pelo Decreto-Lei n.º116/ 2019, de 21 de agosto, para a CCOG, assim como os indicadores de realização a integrar no plano de gestão (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março), considerou-se o desenvolvimento de quatro eixos de atuação:

- A) Desenvolvimento sustentável e valorização do território;
- B) Comunicação e promoção da identidade da área protegida;
- C) Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave;
- D) Conservação da natureza e biodiversidade.

4.1 Desenvolvimento sustentável e valorização do território

4.1.1 Rede de infraestruturas de apoio à visitação

As ações aqui previstas incidem sobre a criação de infraestruturas de apoio à visitação e dão resposta a diversos indicadores obrigatórios (n.ºs 1, 2, 4 e 5).

As “portas de entrada” correspondem a pontos onde os visitantes podem iniciar a sua visita à Reserva Natural, tendo ali acesso à informação necessária. Para além do edifício sede da RNSCMVRSa, que se apresenta como uma destas entradas, pretende-se ainda instalar mais duas nas sedes de concelho, no posto de turismo de Castro Marim e em local a definir em Vila Real de Sto. António.

O edifício sede da RNSCMVRSa foi concebido como espaço de exposição permanente da AP e dos seus valores naturais e culturais, pretendendo-se com este projeto de reequipamento a renovação dos materiais expositivos e condições de receção dos visitantes. Fazendo parte da exterior do edifício sede da AP temos um conjunto de espaços intervencionados nos anos 90 com o objetivo de promover a regeneração hídrica do sapal. Parte destes espaços prevê a manutenção de um ecossistema palustre cuja concretização se apresenta na memória descritiva em anexo - “Fornecimento de água reutilizada à lagoa de água doce e construção de observatórios de aves”.

4.1.2 Rede de monitorização de visitantes

A contabilização do número de visitantes, nacionais e estrangeiros, nas infraestruturas de apoio, constitui um dos indicadores de realização que deve ser integrado no plano de cogestão. Importa assim definir formas de obtenção destes dados desde o início do processo de cogestão, o que irá permitir a análise da evolução dos números.

4.1.3 Promoção da compatibilização das atividades económicas com os objetivos de conservação da natureza

A compatibilização das atividades humanas com a manutenção dos valores naturais assume-se como a única forma de gestão possível em territórios fortemente humanizados, como é o caso da RNSCMVRS. A marca Natural.PT (Natural.pt) visa a promoção integrada do território, dos produtos e dos serviços existentes na Rede Nacional das Áreas Protegidas, e na sua envolvente próxima, e que com elas partilhem valores e princípios de sustentabilidade e valorização da natureza e dos recursos endógenos. A promoção da marca constitui um dos indicadores de realização previstos

4.2 Comunicação e Promoção da Identidade da Área Protegida

A divulgação e promoção dos valores da Reserva Natural constitui uma das linhas de atuação prioritária da Comissão de Cogestão. Neste âmbito serão promovidas diversas ações, nomeadamente de identificação dos principais atributos da AP, elaboração de um plano de comunicação, publicação de materiais e realização de eventos.

4.3 Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave

Nesta linha de atuação incluem-se as principais ações de envolvimento dos principais atores locais - elaboração do plano de cogestão e a formação e capacitação dos atores chave. Inclui-se ainda a definição de uma estratégia local de educação ambiental.

4.4 Conservação da natureza e biodiversidade

As ações que se pretendem desenvolver neste âmbito visam promover a conservação das espécies e dos seus habitats, promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas, de forma integrada e sustentável permitindo o crescimento azul da área.

Tabela III - Atividades a desenvolver no ano de 2022.

Atividades a desenvolver	Unidade de medida	Metas (tolerância)	N.º de indicador de realização obrigatório (Portaria n. º67/2021)	Responsável pela ação	Outras entidades envolvidas
A) Desenvolvimento Sustentável e Valorização do Território					
1-Rede de infraestruturas de apoio à visita					
1.1-Criar portas de entrada na AP (Uma das portas no mercado (posto Turismo em Castro Marim, outra porta em Vila Real de Santo António.	n.º	2 (1)	1	CMCM CMVRS	ICNF
1.2-Reequipamento do Centro Interpretativo da AP (Sapal de Venta-moinhos) - Conceção e instalação de novos espaços expositivos e interativos no C.I. da RNSCMVRS; - Reestruturação de todo o equipamento de som e projeção no Auditório.	Taxa de execução	50% (20%)	1,2	ICNF	
1.3-Preparação de estudos de viabilidade e determinação de possíveis fontes de financiamento para: - Percurso de birdwatching do Sapal de Venta-moinhos (gestão hídrica da lagoa de água doce e equipamentos de visita); - Intervenção na zona da Regeneração Hídrica, no sentido de proceder ao desassoreamento dos canais, criando uma nova dinâmica na circulação da água; - Aproveitamento do troço da ETAR do Monte Francisco que se encontra desativada, bem como canalização das águas, através de “manilhas” ou um “aqueduto”, direcionado para as lagoas, para fazer o aproveitamento das águas das chuvas que acabam estagnadas durante largos períodos e sem qualquer aproveitamento.	Taxa de execução	100% (30%)	1,2,3	ICNF	

1.4 - Requalificação do Parque de Merendas do Sapal de Venta Moinhos	Taxa de execução	100% (20%)	2,5	ICNF	CMCM
1.5-Sinalização do percurso do Cerro do Bufo (condicionamento da circulação de veículos)	Taxa de execução	100% (20%)	4,5	CMCM/ICNF	
2-Rede de monitorização de visitantes					
2.1-Levantamento de infraestruturas de apoio ao visitante com potencial para se implementar mecanismos de contabilização de visitantes	Data de apresentação de relatório	30 junho (10 dias)	6	ICNF	CMCM
2.2-Criar rede de percursos com dispositivos de contabilização de visitantes	Data de apresentação de relatório	31 dezembro (30 dias)	6	ICNF	CMCM/ODIANA
2.3-Implementar inquéritos a empresas de turismo de natureza para monitorizar número de clientes/mês	Data de apresentação de relatório	31 dezembro (30 dias)	7	ICNF	
3-Promoção da compatibilização das atividades económicas com os objetivos de conservação da natureza					
3.1-Promoção da marca Natural.PT e angariação de novos aderentes	Data de apresentação de relatório	31 dezembro (30 dias)	9/10	ICNF	CMCM/ODIANA/ADPM
3.2 - Manutenção/recuperação da salina do Francisco Taborda				Terras de Sal	ICNF
B) Comunicação e Promoção da Identidade da Área Protegida					
1-Conhecer o capital natural e cultural da AP no âmbito da sensibilização e comunicação					
1.1- Levantamento dos principais atributos da AP que releva divulgar	Data de apresentação de relatório	Julho (10 dias)	11	ICNF	CMCM/UALG/ODIANA /ADPM/T. SAL/ANG
1.2-Identificar as necessidades da AP em termos de sensibilização/comunicação exterior e de infraestruturas de apoio à visita (percursos, espaços de merendas, miradouros, etc.)	Data de apresentação de relatório	Julho (10 dias)	2	ICNF	CMCM/ODIANA /ADPM/T. SAL/ANG
2-Elaboração de materiais promocionais e divulgativos					
2.1-Editar guias temáticos (fauna, flora, microbiota, geodiversidade e valores culturais)	N.º de edições	2 (1)	3	ICNF	
2.2-Editar brochura sobre a RNSCMVRSA	N.º de exemplares	5000 (1000)	3	ICNF	
2.3-Editar guia de visita da AP	N.º de exemplares	5000 (1000)	3	ICNF	

2.4-Editar vídeos promocionais sobre a AP	N.º de edições	2 (1)	3	ICNF	
2.5. Criar um guia com a oferta educativa que vier a ser definida pelo Grupo de trabalho de E.A. e colocar o mesmo online e/ou divulgar junto dos vários agrupamentos de escolas.	Data de apresentação de relatório	Setembro (15 dias)	3	ICNF	CMCM/UALG
3-Plataformas online					
3.1-Criar página web com toda a informação da Comissão de Cogestão	Data de disponibilização ao público	março (30 dias)	3		
4-Promoção de eventos					
4.1-Criar ciclo de eventos virtuais sobre os valores naturais e culturais da AP	N.º de eventos	5 (2)	16		
4.2-Comemorar o aniversário da (dia aberto) da AP	N.º de eventos	1 (0)	16	ICNF/CMCM	UALG/ODIANA /ADPM/T. SAL
4.3 - Comemorar o Dia Mundial das Aves Migratórias, o dia Europeu da Rede Natura 2000 e participar em outras comemorações do ICNF que se revelem interessantes para a RNSCMVRSA	N.º de eventos	3 (1)	16	ICNF/CMCM	
4.4 -Jornadas técnico-científicas	N.º de eventos	1 (0)	16	ICNF/UALG/ CMCM	
4.5 - Evento de promoção de produtos originados na RNSCMVRSA	N.º de eventos	1 (0)	16	ODIANA/ADPM	
C) Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores chave					
1-Promover a gestão participativa no desenvolvimento do modelo de cogestão					
1.1-Divulgar o modelo de cogestão	N.º de ações de divulgação	10 (5)	3	CMCM CMVRSA AMAL ICNF	
1.2-Análise SWOT da AP em conjunto com os principais atores chave	Data de apresentação de relatório	agosto (20 dias)	11		
1.3-Auscultação pública através de questionário online	Data de apresentação de relatório	dezembro (20 dias)	16/17		
2-Aprovar o plano de cogestão e respetivo financiamento					

2.1-Elaborar o plano de cogestão	Data de apresentação de relatório	outubro (20 dias)	16		
2.2-Efetuar processo de consulta pública do plano de cogestão	Data de início	Outubro (20 dias)	16/17		
2.3. Elaborar e publicar o relatório da consulta pública	Data de apresentação de relatório	Dezembro (10 dias)	16		
3- Promover ações de formação para a capacitação de atores chave sobre a compatibilização das atividades com a conservação da natureza					
3.1-Elaboração de plano de gestão das salinas (gestão participativa)	Data de apresentação de relatório	Dezembro (30 dias)	13	Terras de Sal/ICNF	
3.2. Dinamização de um programa de formação e capacitação para as Empresas de Turismo da Natureza, entre outros ligados ao Turismo, face a necessidade de adesão ao código de conduta e ao cumprimento das boas nomas de conduta ambiental	Data de apresentação de relatório	Dezembro (30 dias)	16	ICNF	UALG
4-Educação ambiental					
4.1. Concurso Inter-escolas Baixo Guadiana-Turismo e Ambiente no Baixo Guadiana...Que Realidade			14,15	ICNF	
4.2. Projeto Educativo de Intercambio entre escolas e áreas Protegidas ... Descobrimo Novas Realidades ... Rumo a Novas Experiencias ... Próximos na Biodiversidade, com as Novas Tecnologias			14,15	ICNF	
4.3. Repórter do Ambiente por um dia (Projeto que pode ser desenvolvido durante o ano letivo com mais que uma turma e pode-se envolver vários ciclos)			14,15	ICNF	
4.4. Vigilante da Natureza por um dia (Projeto que pode ser desenvolvido durante o ano letivo com mais que uma turma e pode-se envolver vários ciclos)			14,15	ICNF	
4.5. Projeto de educação ambiental “Os guardiões do linco”					
D) Conservação da natureza e biodiversidade					
1- As ações que se pretendem desenvolver neste					

<p>âmbito visam promover a conservação das espécies e dos seus habitats, promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas, e forma integrada e sustentável permitindo o crescimento azul da área.</p>					
<p>1.1- Desenvolvimento de um laboratório “in situ”, com recuperação de salina e espaço laboratório no edifício da Reserva para implementação de aulas praticas na área da biologia, ecologia, hidrologia que demonstram técnicas de mitigação das alterações climáticas e globais, sumidouro de CO2 e conservação das espécies nativas e habitat marinhos, estuarinos e dulçaquícolas no âmbito de formação de cursos da UAlg (CTESP, licenciatura, mestrados, doutoramentos)</p>	<p>Data de início dos trabalhos,</p>	<p>01 setembro 2022,</p>	<p>14</p>	<p>UAlg</p>	
<p>1.2- Implementação de capacidade técnica e infraestrutura para a Investigação a monitorização de biodiversidade e qualidade de água, de deteção precoce de espécies não nativas e propostas de remoção através de técnicas sustentáveis</p>	<p>Data de início dos trabalhos,</p>	<p>01-Abril 2022,</p>	<p>14</p>	<p>UAlg</p>	
<p>1.3- Articulação com projetos investigação e educação da UAlg na área da reserva do sapal de Castro Marim e de Vila real de Santo António, MAEH- Erasmus Mundus, “Mar Africa” “Alforazul-Fundo ambiental”, “NEMA” , “Projeto ATLAZUL - Aliança Marítimo-Atlântica Unida pelo Crescimento Azul”, “Fosteam@SOUTH- PPR C6 Impulsos”, “Blue Route“ EEA grant, “South Iberica Guadiana Lower station- ICES-NOAA” (Time Series: Guadiana Lower Estuary (noaa.gov)), Guadiana Demosite UNESCO, Ecohydrology Platform (ecohydrology-ihp.org)</p>	<p>Nº eventos,</p>	<p>4</p>	<p>14</p>	<p>UAlg</p>	

Tabela IV - Calendarização e orçamento das atividades a desenvolver no ano de 2022

Atividades a desenvolver	2022												Orçamento	Financiamento	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
A) Desenvolvimento Sustentável e Valorização do Território															
1-Rede de infraestruturas de apoio à visitaçào														120.000€	
1.1-Criar portas de entrada na AP														20.000€	Prog. Regenerar Turismo - linha reg. Territórios (50%)
1.2-Reequipamento do Centro Interpretativo da AP (Sapal de Venta-moinhos)														100.000€	PRT
1.3- Preparação de estudos de viabilidade															
1.4. Requalificação do Parque de Merendas do Sapal de Venta Moinhos															
1.5 Sinalização do percurso do Cerro do Bufo (condicionamento da circulação de veículos)															
2-Rede de monitorização de visitantes														12.000€	PRT
2.1-Levantamento de infraestruturas de apoio ao visitante com potencial para se implementar mecanismos de contabilização de visitantes															
2.2-Criar rede de percursos com dispositivos de contabilização de visitantes															
2.3-Implementar inquéritos a empresas de turismo de natureza para monitorizar número de clientes/mês															
3-Promoção da compatibilização das atividades económicas com os objetivos de conservação da natureza															
3.1- Promoção da marca Natural.PT e angariação de novos aderentes															
B) Comunicação e Promoção da Identidade da Área Protegida															
1-Conhecer o capital natural e cultural da AP no âmbito da sensibilização e comunicação															
1.1- Levantamento dos principais atributos da AP que releva divulgar															
1.2-Identificar as necessidades da AP em termos de sensibilização/comunicação exterior e de infraestruturas de apoio à visitaçào (percursos, espaços de merendas, miradouros, etc.)															
2-Elaboração de materiais promocionais e divulgativos														50.000€	PRT
2.1-Editar guias temáticos (fauna, flora, micobiota, geodiversidade e valores culturais)															
2.2-Editar brochura sobre a RNSCMVRSA															
2.3-Editar guia de visitaçào da AP															

